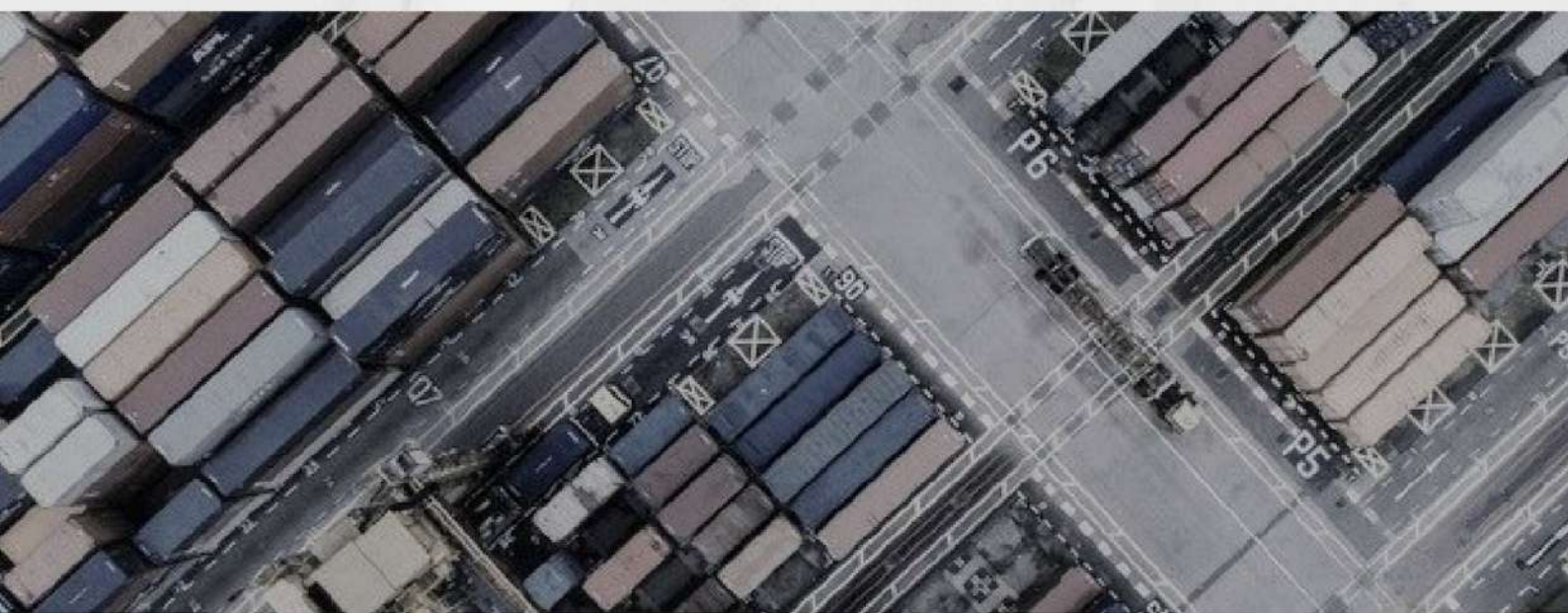




abgf

Agência Brasileira Gestora de
Fundos Garantidores e Garantias S.A.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2021

Sumário

BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	8
NOTAS EXPLICATIVAS.....	9
1. Informações Gerais.....	9
1.1. Continuidade Operacional.....	9
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	9
2.1. Base de preparação das informações contábeis.....	10
2.2. Moeda funcional e de apresentação.....	10
2.3. Normas e Interpretações Novas e Revisadas.....	11
3. Práticas Contábeis.....	12
3.1. Caixa e equivalentes de caixa.....	12
3.2. Contas a receber de clientes.....	12
3.3. Imobilizado e Intangível.....	13
3.4. Contas a pagar.....	13
3.5. Provisões.....	13
3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes.....	13
3.7. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido.....	13
3.8. Reconhecimento de receita e despesa.....	14
3.9. Ativos e Passivos Financeiros.....	14
3.9.1. Ativos Financeiros.....	14
3.9.2. Passivos Financeiros.....	15
3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores.....	15
3.11. Remuneração de Capital.....	16
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	17
5. Caixa e equivalentes de caixa.....	17
6. Contas a receber de clientes.....	18
7. Tributos a recuperar/compensar.....	18
8. Outros créditos e Outros Valores e Bens.....	19
9. Despesas Antecipadas.....	19
10. Investimento em Fundos Garantidores.....	20
11. Imobilizado e Intangível.....	20
11.1. Ativo Imobilizado.....	20
11.2. Ativo Intangível.....	21
12. Obrigações a Pagar.....	22
13. Impostos e Encargos Sociais a Recolher.....	22
14. Encargos Trabalhistas.....	23
15. Impostos e Contribuições.....	23
16. Patrimônio Líquido.....	23
17. Receita de Serviços e de Operações de Emissão Direta de Garantias.....	27
18. Custos dos Serviços Prestados.....	28
19. Despesas Administrativas por Natureza.....	28
20. Despesas com Pessoal por Natureza.....	29
21. Partes Relacionadas.....	30
22. Despesas Tributárias.....	31
23. Resultado Financeiro.....	32
24. Compromissos, Responsabilidades e Contingências.....	32
25. Eventos subsequentes.....	33

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

● BALANÇO PATRIMONIAL

	NE	2021	2020 (Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE		313.229.043	306.745.324
Disponível	(5)	306.257.273	296.486.565
Caixa e Bancos		2.639	4.163
Equivalentes de Caixa - Investimentos		306.254.634	296.482.402
Títulos e Créditos a Receber		6.786.393	10.124.160
Títulos e Créditos a Receber	(6)	1.469.885	1.369.807
Tributos a recuperar / compensar	(7)	5.316.508	8.754.353
Outros Valores e Bens		28.723	34.853
Outros Valores	(8)	28.723	34.853
Despesas Antecipadas	(9)	156.654	99.746
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.041.438	1.575.544
Investimentos		78.905	75.698
Investimentos em cotas de fundos garantidores	(10)	78.905	75.698
Imobilizado	(11.1)	898.688	1.403.558
Bens Móveis		480.389	750.863
Outras Imobilizações		418.299	652.695
Intangível	(11.2)	63.845	96.288
Outros Intangíveis		63.845	96.288
TOTAL DO ATIVO		314.270.481	308.320.868
PASSIVO CIRCULANTE		4.323.085	3.019.369
Contas a Pagar		4.323.085	3.019.369
Obrigações a Pagar	(12)	2.739.739	1.411.920
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	(13)	460.656	430.571
Encargos Trabalhistas	(14)	927.945	1.059.304
Impostos e Contribuições	(15)	194.745	117.574
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		324.922	115.862
CONTAS A PAGAR		324.922	115.862
Tributos Diferidos	(15)	9.417	8.326
Passivos Contingentes	(24)	315.505	107.536
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(16)	309.622.474	305.185.637
Capital Social		237.370.917	237.370.917
Reserva Legal		5.489.504	4.943.757
Reserva Especial de Lucros		7.776.903	3.887.929
Reserva Estatutária		58.966.871	58.966.871
Outros Resultados Abrangentes	(16.c)	18.279	16.163
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		314.270.481	308.320.868

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES	(17)	17.670.005	15.458.512
Receitas de Prestação de Serviços		20.606.420	18.028.434
(-) Deduções de Receita de Serviços		(2.936.415)	(2.569.922)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS COM FUNDOS GARANTIDORES	(18)	(11.598.542)	(12.569.063)
Outros Custos Administrativos	(19)	(1.844.358)	(2.072.280)
Pessoal	(20)	(9.754.184)	(10.496.783)
(=) LUCRO BRUTO DE SERVIÇOS COM FUNDOS GARANTIDORES		6.071.463	2.889.449
(=) RECEITAS DE SERVIÇOS COM FUNDOS E PRÊMIOS GANHOS		6.071.463	2.889.449
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(2.932.298)	(2.542.186)
Despesas Administrativas	(19)	(733.421)	(592.749)
Despesas com Pessoal	(20)	(2.198.877)	(1.949.437)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	(22)	(672.614)	(664.033)
(-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(23)	12.630.823	7.902.327
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receitas financeiras - demais		12.678.954	8.045.296
DESPESAS FINANCEIRAS			
Despesas financeiras		(48.131)	(142.969)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		15.097.374	7.585.557
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PARTICIPAÇÕES		15.097.374	7.585.557
(-) IMPOSTO DE RENDA		(3.028.665)	(1.548.715)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.153.759)	(580.100)
(=) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		10.914.950	5.456.742
DIVIDENDOS/JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	(16.d)	10.369.205	5.183.905
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		50.000	50.000
(=) LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		218,3	109,1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	(16.d)	10.914.950	5.456.742
Outros resultados abrangentes			
Ajuste de Avaliação Patrimonial			
Cotas de Fundos Garantidores		2.116	3.525
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		10.917.066	5.460.267

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros			Resultados Abrangentes	Resultados Acumulados	Total
			Legal	Especial	Estatutária			
Saldos em 31/12/2019 (Reapresentado)		237.370.917	4.568.647	-	67.148.670	12.638	-	309.100.872
Descapitalização da ABGF		-						-
Lucro Líquido do Exercício	(16.d)						5.456.742	5.456.742
Reversão de Reserva Estatutária ao Lucro, atribuído aos Dividendos Propostos	(16.d)				(8.079.526)			(8.079.526)
Reversão de Reserva Estatutária ao Lucro, atribuído à Reserva Legal			102.273		(102.273)			-
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Constituição de Reserva Legal			272.837				(272.837)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(16.d)						(1.295.976)	(1.295.976)
Constituição(Reversão) de Reserva de Lucros					-		-	-
Constituição de Reserva Estatutária							-	-
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo				3.887.929			(3.887.929)	-
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	(16.c)					3.525		3.525
Saldos em 31/12/2020 (Reapresentado)		237.370.917	4.943.757	3.887.929	58.966.871	16.163	-	305.185.637
Descapitalização da ABGF		-						-
Lucro Líquido do Exercício	(16.d)						10.914.950	10.914.950
Reversão de Reserva Estatutária ao Lucro, atribuído aos Dividendos Propostos	(16.d)				-			-
Reversão de Reserva Estatutária ao Lucro, atribuído à Reserva Legal			-		-			-
Destinação do Lucro Líquido do Exercício								
Pagamento de dividendos excedente ao mínimo do exercício anterior				(3.887.928)			-	(3.887.928)
Constituição de Reserva Legal			545.747				(545.747)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos / Juros sobre capital próprio	(16.d)						(2.592.301)	(2.592.301)
Constituição(Reversão) de Reserva de Lucros					-		-	-
Proposta de Dividendos Excedente ao Mínimo				7.776.902			(7.776.902)	-
Resultados Abrangentes								
Outros Resultados Abrangentes	(16.c)					2.116		2.116
Saldos em 31/12/2021		237.370.917	5.489.504	7.776.903	58.966.871	18.279	-	309.622.474

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	NE	2021	2020
Fluxos de Caixa das Atividade Operacionais			
Lucro do exercício		10.914.950	5.456.742
Ajustes para conciliar o Resultado e as Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais:			
Juros (taxa Selic) sobre dividendos e/ou JCP distribuídos		47.433	131.910
Reforço (Reversão) de provisão para passivos contingentes		207.969	107.536
Depreciação/Amortização/Ajuste Valor Recuperável	(11.1-c) e (11.2-c)	537.313	627.986
Variações nos ativos			
Redução de contas a receber de clientes		(100.078)	(124.757)
Aumento de tributos a Recuperar	(7)	3.437.845	614.990
Redução de outros Créditos		(50.777)	(47.624)
Variações nos passivos			
Aumento (redução) de fornecedores/contas a pagar		32.541	(120.216)
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais		(114.848)	253.627
Aumento (redução) de obrigações fiscais e tributárias	(15)	89.699	(14.539)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		15.002.047	6.885.655
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Dividendos/JCP pagos no exercício		(5.231.338)	(10.256.887)
Caixa líquido aplicado nas atividades de Financiamentos		(5.231.338)	(10.256.887)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		9.770.709	(3.371.232)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		296.486.565	299.857.797
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	(5)	306.257.274	296.486.565
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		9.770.709	(3.371.232)
Movimentação que não afetam caixa:			
Remuneração aos acionistas	(16.d)	10.369.203	5.183.905
Constituição de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido			
Passivo		1.090	1.816
Baixa de Ativos mediante redução de participação		3.207	5.341

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	NE	2021	2020
1 – RECEITAS		20.607.692	18.029.145
1.1) Vendas de serviços	(14)	20.606.420	18.028.434
1.2) Outras receitas	(12.b)	1.272	711
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos tributos – ISS, PIS/Pasep e COFINS)		4.296.528	3.899.705
2.1) Tributos sobre os serviços vendidos	(14)	2.936.415	2.569.922
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.360.113	1.329.783
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		16.311.164	14.129.440
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(16)	538.585	628.697
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		15.772.579	13.500.743
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		12.678.954	8.045.296
6.2) Receitas financeiras	(19)	12.678.954	8.045.296
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		28.451.533	21.546.039
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		28.451.533	21.546.039
8.1) Pessoal		10.255.359	10.604.691
8.1.1 – Remuneração direta		8.860.360	9.249.671
8.1.2 – Benefícios		858.972	831.694
8.1.3 – FGTS		536.027	523.326
8.2) Impostos, taxas e contribuições		6.443.004	4.534.099
8.2.1 – Federais		6.402.101	4.319.655
8.2.3 – Municipais		40.903	214.444
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		838.218	950.507
8.3.1 – Juros		50.627	201.165
8.3.2 – Aluguéis		787.591	749.342
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		10.914.952	5.456.742
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	(12.d)	10.369.205	5.183.905
8.4.2 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		545.747	272.837

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

● NOTAS EXPLICATIVAS

1. Informações Gerais

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. (ABGF) é uma companhia fechada de direito privado, pública, que atua na forma do art. 38 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, na administração, gestão e representação de fundos garantidores, de fundos que tenham por objeto a cobertura suplementar dos riscos de seguro rural e de outros fundos de interesse da União e na análise da concessão de garantias contra riscos em operações de crédito à exportação.

No cumprimento de seu objeto, atua na administração, gestão e representação do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), promovendo o desenvolvimento por meio de garantias do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em projetos de Parcerias Público-Privadas Municipal e Federal e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), promovendo o equilíbrio das operações do seguro rural do país, bem como atendendo à cobertura suplementar dos riscos de catástrofe, inerentes à atividade rural.

A Companhia mantém Contrato de Prestação de Serviços para a execução de atividades relacionadas ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) junto à União, representada pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME). Este contrato foi prorrogado em 2021, com vigência até 30 de abril de 2022.

Em 28.08.2020, foi deliberado, pela Assembleia Geral de Acionistas, o cancelamento da autorização de funcionamento da ABGF junto à SUSEP. Esse ato societário foi homologado por aquela Autarquia por meio da Portaria SUSEP 7.707, de 25/11/2020. Dessa forma, a ABGF não atua mais na concessão de garantias diretas de seguro de crédito à exportação.

1.1. Continuidade Operacional

Há possibilidade de redução dos serviços atualmente prestados pela companhia que pode comprometer suas receitas operacionais e consequentemente seu equilíbrio econômico-financeiro, entretanto, sem comprometer sua continuidade operacional no decorrer do exercício de 2022, em decorrência da existência do expressivo volume de aplicações financeiras.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da ABGF foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (estatuto jurídico da empresa pública) e de deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Atendem, ainda, as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação citada no parágrafo anterior e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da ABGF em 03 de março de 2022.

2.1. Base de preparação das informações contábeis

As demonstrações contábeis são apresentadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.

Apesar do cancelamento da autorização de funcionamento da ABGF, junto ao órgão, foi mantido o modelo de publicação das demonstrações contábeis e a estrutura do Plano de Contas definida pela SUSEP (Circular nº 517, de 30 de julho de 2015). A Administração entende que forma de apresentação na demonstração do resultado é adequada e que o conjunto de demonstrações contábeis atende, em todos os aspectos relevantes, os requerimentos da Lei 6.404/76 e aos pronunciamentos contábeis emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As principais práticas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram consistentes em todo o período apresentado, a menos que declarado ao contrário.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional a Administração considera qual a moeda influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. A moeda funcional utilizada na apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real (R\$).

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

2.3. Normas e Interpretações Novas e Revisadas

NBC TG 06 (R3) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16), aprovou o CPC 06 (R2)

O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias.

A vigência do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) será definida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, Deliberação CVM nº 787, de 21 de dezembro de 2017, e pela NBC TG 06 (R3) do CFC.

Até a aprovação do cancelamento da autorização de funcionamento da ABGF pela SUSEP, na forma da Portaria SUSEP 7.707, de 25/11/2020, estávamos regulados por aquela Superintendência que não aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e indicou a possibilidade de prorrogação por dois exercícios, estando prevista sua aplicação a partir do exercício de 2023.

Informamos a seguir os efeitos da aplicação da norma nos exercícios de 2021 e 2020, respectivamente, conforme a seguir:

	2021	Ajustes	2021 Ajustado	2020 (Reapresentad o	Ajustes	2020 Ajustado
ATIVO CIRCULANTE	313.229.043	-	313.229.043	306.745.324	-	306.745.324
Disponível	306.257.273	-	306.257.273	296.486.565	-	296.486.565
Títulos e Créditos a Receber	6.786.393	-	6.786.393	10.124.160	-	10.124.160
Outros Valores e Bens	28.723	-	28.723	34.853	-	34.853
Despesas Antecipadas	156.654	-	156.654	99.746	-	99.746
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.041.438	1.761.550	2.802.988	1.575.544	2.256.179	3.831.723
Arrendamentos	-	1.761.550	1.761.550	-	2.256.179	2.256.179
Parcela Depreciável	-	2.274.322	2.274.322	-	2.136.820	2.136.820
Custos de Instalação	-	1.171.960	1.171.960	-	1.008.400	1.008.400
Desimobilização	-	585.980	585.980	-	504.200	504.200
Multa Contratual	-	46.616	46.616	-	70.913	70.913
(-) Depreciação Acumulada	-	(2.317.328)	(2.317.328)	-	(1.464.154)	(1.464.154)
Investimentos	78.905	-	78.905	75.698	-	75.698
Imobilizado	898.688	-	898.688	1.403.558	-	1.403.558
Intangível	63.845	-	63.845	96.288	-	96.288
TOTAL DO ATIVO	314.270.481	1.761.550	316.032.031	308.320.868	2.256.179	310.577.047

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

PASSIVO CIRCULANTE	4.323.085	-	4.323.085	3.019.369	-	3.019.369
Contas a Pagar	4.323.085	-	4.323.085	3.019.369	-	3.019.369
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	324.922	1.564.912	1.889.834	115.862	1.993.363	2.109.225
CONTAS A PAGAR	324.922	-	324.922	115.862	-	115.862
Obrigações por Contrato de Leasing	-	1.564.912	1.564.912	-	1.993.363	1.993.363
Principal	-	862.329	862.329	-	1.258.455	1.258.455
Juros a apropriar	-	69.987	69.987	-	159.795	159.795
Provisão para desmobilização	-	585.980	585.980	-	504.200	504.200
Multa Contratual	-	46.616	46.616	-	70.913	70.913
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	309.622.474	196.638	309.819.112	305.185.637	262.816	305.448.453
Capital Social	237.370.917	-	237.370.917	237.370.917	-	237.370.917
Reserva Legal	5.489.504	-	5.489.504	4.943.757	-	4.943.757
Reserva Especial de Lucros	7.776.903	-	7.776.903	3.887.929	-	3.887.929
Reserva Estatutária	58.966.871	-	58.966.871	58.966.871	-	58.966.871
Outros Resultados	-	-	-	-	-	-
Abrangentes	18.279	196.638	214.917	16.163	262.816	278.979
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	314.270.481	1.761.550	316.032.031	308.320.868	2.256.179	310.577.047

IFRS 17 - Contratos de Seguros para Seguradoras

A norma IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora.

A norma IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023 e considerando que a ABGF obteve o cancelamento da autorização de funcionamento pela SUSEP, a norma não impactará as demonstrações contábeis da companhia.

3. Práticas Contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

3.3. Imobilizado e Intangível

Os itens do imobilizado e intangível são demonstrados ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação ou amortização e da perda decorrente da redução do valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis, necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A depreciação e a amortização são calculadas com base no método linear para alocação de custos e de acordo com a vida útil ou benefício esperado estimado.

3.4. Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente e obedecido o regime de competência.

3.5. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.6. Outros ativos/passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.7. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro líquido

A ABGF está sujeita à tributação com base no Lucro Real Anual. O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro real tributável anual excedente a R\$ 240.000 (duzentos e quarenta mil reais), e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a respectiva base de cálculo.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é realizada mensalmente utilizando-se base de cálculo estimada e o ajuste anual é feito em 31 de dezembro, para determinação do lucro real e respectivos tributos diretos efetivos (Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996).

Na ocorrência de resultado tributável, os valores retidos por nossos clientes são compensados até o limite do saldo retido de cada tributo isoladamente e, o que exceder, é compensado com créditos tributários de uma mesma autoridade tributária em exercícios subsequentes.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os itens 71 a 76 da NBC TG 32 (R4) tratam da compensação de saldos entre ativos e passivos fiscais, para fins de apresentação no Balanço Patrimonial da Companhia. Devem ser compensados os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes quando existir o direito legal de compensação e houver a pretensão da empresa em liquidar os saldos simultaneamente.

3.8. Reconhecimento de receita e despesa

As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que sejam incluídas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal da atividade e é apresentada líquida de cancelamentos.

3.9. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são registrados de acordo com a NBC TG 48 do Conselho Federal de Contabilidade, os procedimentos para registro, controle e divulgação dos ativos e passivos financeiros.

3.9.1. Ativos Financeiros

Para classificação dos ativos financeiros, são avaliadas as características dos ativos, o fluxo de caixa contratual e o modelo de negócios da Companhia para gestão desses ativos, podendo ser mensurados ao (i) custo amortizado, ao (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao (iii) valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja mantê-los com vistas a receber os fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ao invés de mensurar os investimentos ao valor justo por meio do resultado, no reconhecimento inicial, a Companhia pode efetuar uma escolha irrevogável para investimentos específicos em instrumento patrimonial e mensurá-los ao valor justo apropriado em outros resultados abrangentes.

3.9.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado e nossos contratos de garantia financeira, quando vierem a ser contratados, serão mensurados pelo maior valor entre o valor da provisão para perdas e o valor inicialmente reconhecido, deduzido do valor da receita com os prêmios recebidos antecipadamente.

3.10. Ativos patrimoniais – cotas de fundos garantidores

A ABGF aplicou, por analogia e de forma antecipada, a norma relativa a instrumentos financeiros (NBC TG 48) para mensuração e contabilização dos instrumentos patrimoniais relativos à sua participação como cotista de fundos garantidores. Com base em estudos, concluiu-se que esses investimentos da ABGF em cotas de fundos garantidores devam ser mensurados pelo valor patrimonial (equivalente ao valor justo) por meio de outros resultados abrangentes.

O modelo de negócios para gestão desses ativos determina que a ABGF tenha como objetivo a manutenção das cotas de fundos garantidores com a principal finalidade de lastro para prestação de garantias indiretas, recebendo seus fluxos de caixa somente em caso de resgate de cotas, quando não comprometidas com garantias.

As variações dos valores das cotas são registradas em outros resultados abrangentes, líquidas dos efeitos tributários.

3.11. Remuneração de Capital

A política atual da ABGF consiste em pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos equivalentes a 25% sobre o lucro líquido ajustado, em base anual. Dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidos como um passivo e deduzidos do Patrimônio Líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração. Em 2020 e 2019, a Assembleia Geral de Acionistas deliberou pela distribuição integral dos resultados sob a forma de dividendos.

3.12. Reapresentação das cifras comparativas

No exercício de 2020 os valores de dividendos excedentes/adicionais ao mínimo obrigatório foram registrados como passivo circulante, no pressuposto de que a proposta de destinação do resultado integral, na forma de dividendos fosse aprovado pela Assembleia Geral. No exercício de 2021, a administração entendeu que o montante seria melhor alocado em conta destacada do Patrimônio Líquido.

Como resultado dessa revisão as demonstrações financeiras correspondentes de 31 de dezembro de 2020 estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

Dessa forma, para fins de adequar a informação comparativa das contas e grupamentos da proposta de dividendos adicionais, realizamos a reclassificação contábil para as informações de 31 de dezembro de 2020, que também teve reflexo na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A seguir demonstramos um resumo do Balanço Patrimonial originalmente apresentado, comparativo ao Balanço ora Reapresentado.

	2020 Apresentado	Ajuste	2020 Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE	306.745.324	-	306.745.324
Disponível	296.486.565	-	296.486.565
Caixa e Bancos	4.163		4.163
Equivalentes de Caixa - Investimentos	296.482.402	-	296.482.402
Títulos e Créditos a Receber	10.124.160	-	10.124.160
Títulos e Créditos a Receber	1.369.807	-	1.369.807
Tributos a recuperar/compensar	8.754.353	-	8.754.353
Outros Valores e Bens	34.853	-	34.853
Outros Valores	34.853	-	34.853
Despesas Antecipadas	99.746	-	99.746
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.575.544	-	1.575.544
Investimentos	75.698	-	75.698
Investimentos em cotas de fundos garantidores	75.698	-	75.698
Imobilizado	1.403.558	-	1.403.558
Bens Móveis	750.863	-	750.863
Outras Imobilizações	652.695	-	652.695
Intangível	96.288	-	96.288
Outros Intangíveis	96.288	-	96.288
TOTAL DO ATIVO	308.320.868	-	308.320.868

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

PASSIVO CIRCULANTE	6.907.298	-3.887.929	3.019.369
Contas a Pagar	6.907.298	-3.887.929	3.019.369
Obrigações a Pagar	5.299.849	-3.887.929	1.411.920
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	430.571	-	430.571
Encargos Trabalhistas	1.059.304	-	1.059.304
Impostos e Contribuições	117.574	-	117.574
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	115.862	-	115.862
CONTAS A PAGAR	115.862	-	115.862
Tributos Diferidos	8.326	-	8.326
Passivos Contingentes	107.536	-	107.536
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	301.297.708	3.887.929	305.185.637
Capital Social	237.370.917	-	237.370.917
Reserva Legal	4.943.757	-	4.943.757
Reserva Especial de Lucros	-	3.887.929	3.887.929
Reserva Estatutária	58.966.871	-	58.966.871
Outros Resultados Abrangentes	16.163	-	16.163
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	308.320.868	-	308.320.868

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, as quais são revistas de maneira contínua.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

(valores em reais)			
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Caixa e Bancos (i)	2.639	4.163	-36,6%
Aplicações Financeiras (ii)	306.254.634	296.482.402	3,3%
	306.257.273	296.486.565	3,3%

- (i) O valor registrado refere-se a saldo remanescente para débitos de tarifas pelo Banco do Brasil e valores destinados para pagamento de despesas de pequeno vulto (Fundo Fixo), de acordo com norma interna ABGF e legislação federal aplicável;
- (ii) As aplicações financeiras da ABGF são realizadas no BB PARANOÁ Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Curto Prazo, exclusivo para os recursos disponíveis da Companhia. Esse Fundo tem liquidez imediata, mantidas junto ao Banco do Brasil, não necessitando de agendamento para realizar resgates.
- (iii) Em 2021, a rentabilidade anual do Fundo BB Paranoá foi de 4,21%, correspondente ao seu benchmark (Taxa DI), que ficou em 4,42%.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A seguir, demonstrativo da composição e diversificação da carteira do BB PARANOIA FIC FI CURTO PRAZO com posição em 31/12/2021.

(valores em milhares de reais)

Aplicações – especificação	Quantidade	Mercado / realização
Cotas de fundo de investimento:		
BB Top Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento	19.544.608	306.255
Total do Ativo		306.255
Valores a Pagar		11.116
Patrimônio Líquido		295.139
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		306.255

6. Contas a receber de clientes

A ABGF presta serviços para a União, por meio de contrato celebrado com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia e por outorga legal ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). Todos os nossos clientes são classificados como Partes Relacionadas.

		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Partes Relacionadas:				
SE-CAMEX/ME	(i)	974.161	866.208	12,5%
FESR	(ii)	427.525	316.708	35,0%
FGIE	(iii)	68.199	186.891	-63,5%
		1.469.885	1.369.807	7,3%

- (i) Valor a receber da SE-CAMEX/ME, referente aos serviços prestados para análise da concessão do seguro de crédito à exportação ao amparo do FGE. Pela renovação do contrato objeto do escopo dos serviços prestados à SE-CAMEX/ME, a partir de janeiro/2021 houve reequilíbrio dos custos em relação aos serviços prestados;
- (ii) Valor refere-se à administração do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural do mês de dezembro/2021, remuneração devida conforme Decreto nº 9.078, de 2018;
- (iii) Valor a receber do FGIE relativo à administração do Fundo no mês de dezembro/2021.

7. Tributos a recuperar/compensar

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R4), do Conselho Federal de Contabilidade, itens 71 e 72, a Companhia reconhece e mensura separadamente os ativos fiscais (tributos a recuperar) e passivos fiscais (tributos a recolher).

O quadro a seguir demonstra a composição dos impostos e contribuições retidos da ABGF por ocasião de serviços prestados:

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
CSLL retida na fonte por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	16.384	13.826	18,5%
IRRF por Órgãos, Autarquias e Fundações Federais (Lei 9430, de 1996, art. 64)	(i)	78.645	66.371	18,5%
Saldo Negativo de CSLL	(ii)	166.504	70.278	136,9%
Saldo Negativo de IRPJ	(ii)	4.995.172	8.553.370	-41,6%
Outros tributos e contribuições a recuperar	(iii)	59.803	50.508	18,4%
Total dos Tributos a Recuperar		5.316.508	8.754.353	-39,3%

Ativo Fiscal Corrente	5.316.508	8.754.353	-39,3%
	5.316.508	8.754.353	

- (i) Essas rubricas são compostas dos valores apropriados por competência relativos à retenção de IR e CS, sobre as notas fiscais emitidas em dezembro/2021, e que ainda não foram pagos para a ABGF pelo FESR e SE-CAMEX/ME;
O FESR e a SE-CAMEX/ME efetuam a retenção na fonte do IR e da CS quando do pagamento para a ABGF pelos serviços prestados àqueles órgãos. A retenção é realizada em conformidade com o art. 64 da Lei nº 9.430, de 1996, e a Instrução Normativa nº 1.234, de 2012;
- (ii) Saldo negativo do IRPJ e da CSLL é o resultado obtido a partir das antecipações dos pagamentos realizados e as retenções fonte durante o ano calendário em relação aos valores encontrados no ajuste anual dos tributos.
- (iii) Outros tributos e contribuições a recuperar, no exercício de 2021, refere-se basicamente ao PIS e COFINS retidos sobre os serviços prestados.

8. Outros créditos e Outros Valores e Bens

Visando atender ao princípio da economicidade, a ABGF adquire material de expediente e escritório para utilização em mais de 01 exercício. Utiliza-se o custo médio para avaliação do estoque.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Estoque de Material de Expediente	28.723	34.853	-17,6%
	28.723	34.853	-17,6%

9. Despesas Antecipadas

Referem-se a valores pagos antecipadamente, cujos benefícios esperados fluirão em exercício futuro, como despesas de assinaturas de jornais e revistas e seguro de responsabilidade dos diretores.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Outros Custos e Despesas Pagos Antecipadamente	156.654	99.746	57,1%
	156.654	99.746	57,1%

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

10. Investimento em Fundos Garantidores

A ABGF mantém participação estatutária de 0,01% do PL do FGIE (art. 4º do Estatuto do Fundo).

(a) Informação dos investimentos da ABGF e participação, posição em 31/12/2021.

Investimento	Informações dos Investimentos (i)			Participação (%) da ABGF em Cotas	Saldo do Investimento
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	PL Ajustado		
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	753.933.630	31.749.292	785.682.922	0,010043%	78.905
					78.905

(i) Informações do Patrimônio Líquido total do FGIE do mês de dezembro/2021.

(b) Movimentação da participação.

Investimento	2020	Aportes em 2021	Valorização	Transferência	Participação (*)	Resgates de Cotas	2021
FGIE	75.698	-	3.207	-	78.905	-	78.905
	75.698	-	3.207	-	78.905	-	78.905

(c) Composição do Ajuste a Valor Justo das Cotas em Fundos Garantidores

Em conformidade com a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, os rendimentos auferidos pelos fundos garantidores não se sujeitam à incidência de imposto de renda na fonte, devendo integrar a base de cálculo dos impostos e contribuições devidos pelos cotistas, na forma da legislação vigente, quando houver o resgate de cotas, total ou parcial, ou na dissolução dos fundos.

Investimento	Ajustes Acum. 2021	Tributos - IRPF e CSLL (34%)	Ajustes Líquidos dos Tributos
FGIE - Fundo Garantidor de Infraestrutura	27.696	(9.417)	18.279
	27.696	(9.417)	18.279

11. Imobilizado e Intangível

11.1. Ativo Imobilizado

(a) Composição do Imobilizado

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Mobiliário em Geral	10% a 20%	356.272	(169.135)	187.137	221.737
Máq, Instalações e Utensílios de Escritório	10% a 20%	179.722	(161.048)	18.674	29.628
Equipamentos de Informática e Software	20% a 40%	1.784.478	(1.524.876)	259.602	481.019
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10% a 20%	1.171.960	(753.662)	418.298	652.695
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	10% a 20%	47.480	(32.503)	14.977	18.479
		3.539.912	(2.641.224)	898.688	1.403.558

(b) Movimentação do Custo

	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2021
Mobiliário em Geral	356.272	-	-	-	356.272
Máq. Instalações e Utensílios de Escritório	179.722	-	-	-	179.722
Equipamentos de Informática e Software	1.784.478	-	-	-	1.784.478
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	1.171.960	-	-	-	1.171.960
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	47.480	-	-	-	47.480
	3.539.912	-	-	-	3.539.912

(c) Movimentação da Depreciação/Amortização Acumulada

	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2021
Mobiliário em Geral	134.535	34.600	-	-	169.135
Máq. Instalações e Utensílios de Escritório	150.094	11.376	(422)	-	161.048
Equipamentos de Informática e Software	1.303.459	222.266	(849)	-	1.524.876
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	519.265	234.397	-	-	753.662
Equipamentos de Áudio, Vídeo e Fotos	29.001	3.502	-	-	32.503
	2.136.354	506.141	(1.271)	-	2.641.224

11.2. Ativo Intangível

No Ativo Intangível estão apropriados os softwares de uso pela ABGF.

(a) Composição do Intangível

	Taxa de Depreciação	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Software	20%	341.200	(277.355)	63.845	96.288
		341.200	(277.355)	63.845	96.288

(b) Movimentação do Custo

	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2021
Software	341.200	-	-	-	341.200
	341.200	-	-	-	341.200

(c) Movimentação da Amortização Acumulada

	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Transferência	31 de dezembro de 2021
Software	244.912	32.443	-	-	277.355
	244.912	32.443	-	-	277.355

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

12. Obrigações a Pagar

Dentro do processo de racionalização de despesas, que também culminou com o encerramento das atividades da unidade do Rio de Janeiro, houve redução expressiva das obrigações da Companhia. O quadro abaixo apresenta as obrigações verificadas no encerramento do exercício de 2020 e 2021.

		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Telefone, Energia e Internet		16.225	16.891	-3,9%
Aluguéis e Condomínios		49.069	38.888	26,2%
Salários a Pagar	(i)	38.684	39.732	-2,6%
Serviços terceirizados		19.088	19.098	-0,1%
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	(ii)	2.592.301	1.295.976	100,0%
Outros Fornecedores	(iii)	24.372	1.335	1725,5%
		2.739.739	1.411.920	98,4%

- (i) Refere-se a remuneração um diretor cedido à ABGF;
- (ii) Refere-se ao Dividendo Mínimo Obrigatório, distribuído sob a forma de Juros Sobre o Capital Próprio. No exercício de 2021 foi proposto pela Administração a distribuição integral dos resultados obtidos no exercício. Os dividendos excedentes ao mínimo constam de conta destacada do Patrimônio Líquido;
- (iii) No exercício de 2021 havia sido provisionado R\$ 17,8 mil para pagamento dos serviços de consultoria tributária à ABGF, que foram liquidados em janeiro/2022.

13. Impostos e Encargos Sociais a Recolher

Nos exercícios de 2021 e 2020 houve excedente de recolhimentos antecipados por estimativa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quando comparado com a efetiva apuração do Lucro Real e com o Livro de Apuração de Contribuição Social.

Dessa forma, além de não haver tributo a ser recolhido ao final do exercício, houve acréscimo de saldo negativo dos tributos, que serão compensados no decorrer do(s) exercício(s) seguinte(s), conforme abordado na nota 7.

		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Previdência Social de Funcionários		167.652	154.192	8,7%
FGTS a Recolher		65.447	61.350	6,7%
IRRF sobre a Folha a Recolher		215.141	203.540	5,7%
Impostos Retidos de Fornecedores		12.416	11.489	8,1%
		460.656	430.571	7,0%

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

14. Encargos Trabalhistas

Representa o montante de provisão de férias e os encargos sociais correspondentes na posição do último dia de cada exercício.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Provisão para Férias	708.595	793.657	-10,7%
Encargos Sociais sobre Provisões	219.350	265.647	-17,4%
Encargos trabalhistas	927.945	1.059.304	-12,4%

15. Impostos e Contribuições

Os saldos indicados compõem-se dos tributos incidentes sobre o faturamento da Companhia. Os impostos e contribuições diferidos referem-se aos impostos (IR e CSLL) incidentes sobre a variação das cotas mantidas no FGIE.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
COFINS a Recolher	161.152	89.756	79,5%
PIS/Pasep a Recolher	30.183	18.474	63,4%
Outros Impostos e Taxas	3.410	9.344	-63,5%
Impostos e Contribuições - Curto Prazo	194.745	117.574	65,6%
Provisão Imposto de Renda Diferida	6.924	6.122	13,1%
Provisão Contribuição Social Diferida	2.493	2.204	13,1%
Impostos e Contribuições - Longo Prazo	9.417	8.326	13,1%
Total de Tributos	204.162	125.900	62,2%

16. Patrimônio Líquido

A seguir a composição do Patrimônio Líquido da Companhia após o resultado do exercício.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Capital Subscrito	237.370.917	237.370.917	-
Reserva Legal	5.489.504	4.943.757	11,0%
Reserva Especial de Lucros (i)	7.776.903	3.887.929	100%
Reserva Estatutária (ii)	58.966.871	58.966.871	-
Outros Resultados Abrangentes	18.279	16.163	13,1%
	309.622.474	305.185.637	1,5%

- (i) Na assembleia de acionistas de março/2021 houve decisão para distribuição integral dos resultados obtidos no exercício de 2020;
- (ii) A AGO de 17 de novembro de 2020 alterou o Estatuto retirando a previsão de constituição de reserva estatutária de margem operacional, sem indicação de sua destinação. O saldo existente foi mantido até a apreciação e deliberação da Assembleia Geral.

(a) Capital social

O Capital Social da ABGF é de R\$ 237.370.917 (duzentos e trinta e sete milhões, trezentos e setenta mil, novecentos e dezessete reais), integralmente subscrito e integralizado pela União, composto por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor unitário de R\$ 4.747,42/por ação.

(b) Resultado do exercício

O resultado do exercício de 2021 foi de R\$ 15.097 mil, antes da provisão para o imposto de renda e a contribuição social. Esse resultado foi impactado, principalmente, pelo resultado financeiro de R\$ 12.631 mil. As receitas com prestação de serviços tiveram aumento de 14,3% se comparadas com o mesmo período de 2020 (R\$ 20.606 mil em 2021 e R\$ 18.028 mil em 2020), decorrente, principalmente, da renovação contratual do escopo dos serviços prestados à SE-CAMEX/ME.

Apresentamos a seguir a composição do Resultado dos exercícios de 2021 e 2020. Cabe observar que no Resultado Financeiro Líquido contém os valores destinados à remuneração aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Serviços Prestados	20.606.420	18.028.434	14,3%
(-) Tributos sobre o Faturamento	(2.936.415)	(2.569.922)	14,3%
Receita Líquida de Serviços	17.670.005	15.458.512	14,3%
Resultado Financeiro Líquido	12.630.823	7.902.327	59,8%
RECEITAS TOTAIS	30.300.828	23.360.839	29,7%
(-) Despesas Operacionais	(15.203.454)	(15.775.282)	-3,6%
RESULTADO DO EXERCÍCIO (antes de IRPJ e CSLL)	15.097.374	7.585.557	99,0%
IRPJ e CSLL	(4.182.424)	(2.128.815)	96,5%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10.914.950	5.456.742	100,0%

As despesas operacionais tiveram redução de 3,6%, decorrente principalmente, da readequação do quadro de pessoal e da redução das contratações de serviços ocorridas no exercício de 2021.

A taxa efetiva de tributos sobre o Lucro da companhia no exercício de 2021, ajustado pelas adições, exclusões e benefícios fiscais, inclusive JCP, foi de 27,7%, ante a uma carga tributária de 34% de Imposto de Renda e Contribuição Social, conforme abaixo:

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Taxa Nominal de tributos sobre o Lucro

	IRPJ	CSLL	Total
1. Resultado do Exercício	12.505.075	12.505.075	12.505.075
2. JCP incluído no Resultado	2.592.301	2.592.301	2.592.301
3. Resultado do Exercício Ajustado	15.097.376	15.097.376	15.097.376
4. Alíquota IR (15%) CS (9%)	2.264.606	1.358.764	3.623.370
5. Adicional do IR (10% - 240.000)	1.485.738	-	1.485.738
6. Tributos totais	3.750.344	1.358.764	5.109.108
7. Carga tributária - nominal (6/3)			33,84%

Taxa Efetiva de tributos sobre o Lucro

	IRPJ	CSLL	Total
1. Resultado do Exercício	12.505.075	12.505.075	12.505.075
2. JCP incluído no Resultado	2.592.301	2.592.301	2.592.301
3. Resultado do Exercício Ajustado	15.097.376	15.097.376	15.097.376
4. Adições	423.278	423.278	423.278
5. (Exclusões - Inclusive JCP)	(2.701.109)	(2.701.109)	(2.701.109)
6. Resultado ajustado	12.819.545	12.819.545	12.819.545
7. Alíquota IR (15%) CS (9%)	1.922.932	1.153.759	3.076.691
8. Adicional do IR (10% - 240.000)	1.257.955	-	1.257.955
9. Valor do Tributo (5+6)	3.180.887	1.153.759	4.334.646
10. Benefícios Fiscais	(152.222)	-	-
11. Total de Tributos	3.028.665	1.153.759	4.182.424
12. Carga tributária - efetiva (11/3)	20,06%	7,64%	27,70%

(c) Resultado abrangente

A ABGF registra os investimentos em cotas de fundos garantidores em ativos não circulantes avaliados a valor justo com reflexo em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, conforme mencionado nas Notas nº 3.14 e nº 10.

Os resultados abrangentes de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir.

	31 de dezembro de 2021	30 de setembro de 2020	Variação %
FGIE – Fundo Garantidor de Infraestrutura	2.116	3.525	-40,0%
	2.116	3.525	-40,0%

(d) Juros sobre Capital Próprio/Dividendos e Destinação do Resultado

Em conformidade com as Leis n.º 9.249, de 1995, e n.º 9.430, de 1996, e com o Estatuto da ABGF, a Administração decidiu pelo pagamento ao acionista de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP), imputados aos dividendos obrigatórios, estabelecidos em 25% sobre o Lucro Líquido do Exercício Ajustado, calculado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

No exercício de 2021, a remuneração aos acionistas foi em sua integralidade de R\$ 10.369.204 (dez milhões, trezentos e sessenta e nove mil e duzentos e quatro reais), sendo que para remuneração do capital próprio sob a forma de juros sobre o capital próprio foi destinado o montante de R\$ 2.592.301 (dois milhões, quinhentos e noventa e um mil e trezentos e um reais), e o excedente, de R\$ 7.776.903 (sete milhões, setecentos e setenta e seis mil e novecentos e três reais) distribuído sob a forma de dividendos. A remuneração aos acionistas correspondeu a R\$ 207,38 por ação.

No exercício de 2020 o montante proposto à título de juros sobre o capital próprio (JCP) foi de R\$ 1.295.976 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil e novecentos e setenta e seis reais). Posteriormente, após decisão sobre a proposta de destinação do resultado, a Assembleia Geral deliberou pela distribuição integral de dividendos no montante de R\$ 5.183.905 (cinco milhões, cento e oitenta e três mil e novecentos e cinco reais).

Demonstramos a seguir a base de cálculo dos dividendos, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício.

	Valor
Resultado do Exercício de 2021	15.097.376
Provisão para o Imposto sobre a Renda e Contribuição Social.	(4.182.424)
Lucro Líquido do Exercício	10.914.952
Reserva legal (5%)	(545.748)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO (base de cálculo do dividendo)	10.369.204
Destinação do Resultado	
1. Lucro Líquido do Exercício	10.914.952
2. Juros sobre o capital próprio (JCP) atribuídos aos Dividendos	2.592.301
4. Dividendos Excedentes ao Mínimo (i)	7.776.903
3. Reserva legal	545.748

(i) Foi proposto a destinação integral dos resultados obtidos no exercício.

(e) Reservas de Capital e Lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. O montante de reserva legal acumulada até o exercício de 2021 é de R\$ 5.489 mil.

Até novembro/2020 a Companhia estava constituindo Reserva Estatutária, de acordo com o art. 72 do Estatuto Social, combinado com o item 3.3.9 da Política CONAD/POL/006/01/O, estabelece que a ABGF poderá constituir Reserva Estatutária para Margem Operacional, calculada com base no saldo apurado após a dedução da Reserva Legal e dos Dividendos Obrigatórios, em até 100% da parcela do lucro líquido não destinado, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A partir de 17/11/2020, houve alteração no Estatuto da ABGF que deixou de prever a Reserva Estatutária sem indicação da destinação do montante de R\$ 58.97 milhões. Tendo em vista que a Assembleia ainda não definiu sobre a destinação da reserva estatutária, o valor ficará mantido na classificação atual enquanto aguarda a deliberação sobre a destinação do montante acumulado.

Na Assembleia Geral que aprovou as contas da administração referente ao exercício de 2020 deliberou pela distribuição integral dos resultados. Considerando que a Companhia mantém as mesmas condições existentes à época, a administração propõe a destinação integral dos resultados obtidos no exercício de 2021.

Conforme mencionado na Nota 3.12, a administração entendeu que a distribuição do excedente ao mínimo fosse mantida em conta destacada do Patrimônio Líquido até a apreciação deliberativa da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as Demonstrações Contábeis e Financeiras.

17. Receita de Serviços e de Operações de Emissão Direta de Garantias

As receitas da Companhia foram geradas pela prestação de serviços à União, por meio da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), relacionados ao seguro de crédito à exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), e pela administração do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR).

A seguir quadro demonstrativo das receitas da Companhia e respectivas deduções.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Varição %
Receita operacional bruta	20.606.420	18.028.434	14,3%
SE-CAMEX/ME (FGE)	(i) 13.442.456	10.697.041	25,7%
FGIE	(ii) 1.642.132	2.284.572	-28,1%
FESR	(iii) 5.521.832	5.046.821	9,4%
(-) Deduções da Receita	(2.936.415)	(2.569.922)	14,3%
COFINS	(1.566.088)	(1.370.625)	14,3%
PIS/Pasep	(340.006)	(297.570)	14,3%
ISS	(1.030.321)	(901.727)	14,3%
Receita operacional líquida	17.670.005	15.458.512	14,3%
Total da Receita Operacional	17.670.005	15.458.512	14,3%

- (i) Houve aumento do escopo dos serviços prestados à SE-CAMEX/ME, pela renovação do contrato representando aumento da receita de serviços prestados à SE-CAMEX/ME a partir de janeiro de 2021;
- (ii) Parte da remuneração da ABGF corresponde a rateio de rateio dos custos administrativos e de pessoal empregados direta e indiretamente na prestação de serviços ao fundo, que tiveram redução significativa em 2021 quando comparado com 2020;
- (iii) A remuneração da Companhia, em relação ao FESR, tem como base a aplicação de 0,25% sobre o montante de prêmios emitidos no triênio anterior. A base de cálculo (prêmios emitidos) teve aumento de 9,4% da remuneração em 2021, quando comparado com 2020.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

18. Custos dos Serviços Prestados

Os custos com pessoal referem-se aos custos diretos de Salários, Encargos e Benefícios destinados à prestação de serviços para o FGE, por meio da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), para o FGIE, para o FESR e para emissão direta de garantias relativas ao Seguro de Crédito à Exportação para MPME.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Custos com Pessoal	9.754.184	10.496.783	-7,1%
Custos administrativos	1.844.358	2.072.280	-11,0%
Gastos alocados aos serviços prestados	11.598.542	12.569.063	-7,7%

A redução dos custos dos serviços prestados na ordem de 7,7% é proveniente dos esforços da Companhia para se adequar as novas orientações estratégicas considerando a realidade da ABGF.

19. Despesas Administrativas por Natureza

		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Viagens e Representações	(i)	-	15.036	-100,0%
Serviços de Terceiros	(ii)	406.567	442.054	-8,0%
Ocupação	(iii)	787.591	749.342	5,1%
Créditos tributário PIS/Pasep e COFINS	(iv)	(109.736)	(115.314)	-4,8%
Depreciação/amortização		538.585	628.697	-14,3%
Despesas Gerais	(v)	954.772	945.214	1,0%
Total das despesas administrativas		2.577.779	2.665.029	-3,3%
Gastos apropriados ao CUSTO dos serviços prestados (NE 18)		1.844.358	2.072.280	-11,0%
Despesas Administrativas		733.421	592.749	23,7%

- (i) A rubrica “Viagens e Representações” registra os gastos de passagens e diárias concedidas a funcionários e dirigentes da ABGF para viagens em serviço e, ainda, a conselheiros quando relacionados a viagens de interesse da Companhia;
- (ii) Serviços de Terceiros representa, principalmente, as despesas relativas a serviços profissionais de auditoria, treinamento e capacitação, assinatura de periódicos e prestação de serviços;
- (iii) As despesas com ocupação referem-se ao aluguel e despesas com condomínios das Unidades da ABGF no Rio de Janeiro (até ser extinta) e em Brasília, serviços terceirizados de limpeza e conservação;
- (iv) A ABGF está submetida ao regime de incidência não cumulativa para as contribuições do PIS/Pasep e da COFINS. Dos valores de Contribuição para o PIS/Pasep e COFINS apurados, a pessoa jurídica submetida à incidência não cumulativa poderá descontar créditos, calculados mediante a aplicação das alíquotas de 7,6% (COFINS) e 1,65% (Contribuição para o PIS/Pasep) sobre os valores de despesas permitidas pelas Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003.
- (v) Despesas Gerais representam gastos com energia elétrica, telefone, correios, malote, aluguel de equipamentos, seguros, materiais de expediente/consumo, publicações legais, despesas de pequeno vulto, multas contratuais, dentre outras.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

As variações decorrem dos fatos modificativos abaixo:

- a) **Aumentativos das despesas:** (a) no período de pandemia houve redução do valor do aluguel, mas a partir de maio/2021 houve reajuste de 5,2% no valor dos aluguéis. Verificou-se, adicionalmente, incremento no valor dos condomínios em torno de 3,9%; (b) houve redução de créditos de PIS e COFINS decorrentes da redução do volume de depreciação dos bens aluguel da nova Sede e da depreciação de bens novos que foram totalmente depreciados no período; (c) Reforço da provisão para passivos contingentes, devido a alteração da metodologia de provisionamento para 100%.
- b) **Diminutivos das despesas:** (a) redução de despesas com viagens de funcionários em função da descontinuidade das atividades na Unidade Rio; (b) redução dos serviços de terceiros para adequação dos custos administrativos; (c) depreciação dos bens adquiridos para a nova Sede da ABGF;

20. Despesas com Pessoal por Natureza

No exercício de 2021, os gastos totais com pessoal apresentaram redução de 4% se comparados com o exercício anterior. Os gastos com empregados aumentaram 0,3% e os gastos com cargos estatutários, Diretores e Conselheiros, reduziram 18,8% em relação ao exercício de 2020.

A redução das despesas com funcionários decorre, principalmente, da readequação do quadro de pessoal e da vacância de cargos no decorrer do ano, mesmo com o reajuste dos funcionários decorrente do acordo coletivo de trabalho de 2021.

Já a redução verificada nas despesas de diretores e conselheiros no exercício de 2021, quando comparado com o mesmo exercício de 2020, decorre, principalmente, do pagamento da quarentena ocorrida em 2020 e alterações na composição dos órgãos estatutários.

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
Empregados:			
Salários, Encargos e Benefícios	9.711.115	9.685.107	0,3%
Salários e Ordenados	5.569.276	5.575.961	-0,1%
Encargos Sociais	1.798.382	1.873.286	-4,0%
Provisões Trabalhista e Previdenciária	1.501.716	1.510.337	-0,6%
Benefícios Empregados	833.681	721.992	15,5%
Saúde e Segurança do Trabalho	8.060	3.520	129,0%
Verbas Indenizatórias	-	11	-100,0%
Diretoria e Conselhos:			
Honorários, Encargos e Benefícios	2.241.946	2.761.113	-18,8%
Honorários do Conselho de Administração	222.493	317.670	-30,0%
Honorários do Conselho Fiscal	159.979	158.835	0,7%
Honorários do Comitê de Auditoria Estatutária	314.192	305.715	2,8%
Honorários da Diretoria Executiva	976.696	1.322.716	-26,2%
Encargos Sociais Sobre Honorários	366.105	438.319	-16,5%
Provisão Trabalhista e Previdenciária	109.946	111.676	-1,5%
Benefícios Diretor	92.535	106.182	-12,9%
Total dos gastos com pessoal	11.953.061	12.446.220	-4,0%
Gastos apropriados ao custo dos serviços prestados (NE 18)	9.754.184	10.496.783	-7,1%
Despesas com pessoal (i)	2.198.877	1.949.437	12,8%

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

(i) A companhia utiliza o método de custeio por absorção para alocação dos custos de pessoal aos produtos. Observa-se que o equivalente a 81,6% das despesas de pessoal é alocado aos custos dos serviços prestados. A ABGF reembolsa às entidades cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos e funcionários cedidos por outros órgãos.

Os salários dos funcionários da ABGF correspondem às remunerações dos cargos de livre provimento aprovados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A seguir estão relacionadas as informações solicitadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), por meio da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, alínea “e”:

- Maior e menor remuneração de empregados: R\$ 23,4 mil e R\$ 10,4 mil;
- Maior e menor remuneração de dirigentes: R\$ 48,3 mil e R\$ 43,6 mil;
- Salário médio dos empregados e dirigentes: R\$ 15,5 mil e R\$ 46,0 mil.

Nas remunerações informadas estão computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos. Com relação à remuneração de dirigentes estão consideradas as remunerações aprovadas pela Assembleia Geral.

21. Partes Relacionadas

(a) Controlador

O controlador da ABGF é a União, que detém a totalidade do capital social da Companhia.

(b) Operações com administradores

As remunerações dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria são submetidas à avaliação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), que por sua vez submete à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

A ABGF reembolsa aos órgãos cedentes, integralmente, os salários, encargos e benefícios sociais dos Diretores Executivos cedidos.

A remuneração dos Diretores vem sendo composta por parcela fixa, benefícios e obrigações.

O teto remuneratório dos membros dos conselhos de Administração e Fiscal é limitado a 10% da remuneração mensal média dos diretores.

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é de 20% do valor remuneração média mensal dos diretores.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

A aprovação dos valores pagos aos administradores e conselheiros no período de abril/2020 a março/2021 constam da Nota Técnica DIAFI/GAFIN nº 031/2020/O, de 17/02/2020, e dos valores a serem pagos de abril/2021 a março/2022, da Nota Técnica DIAFI/GEAFI nº 040/2021/O, de 09/03/2021.

(c) Reembolso de diretores cedidos

A ABGF possui uma Diretora cedida pela Secretaria do Tesouro Nacional do Governo Federal. Para o exercício de 2021 existe apenas um Diretor cedido.

O valor reembolsado aos órgãos cedentes, já incluídos na remuneração dos administradores constantes da Nota 20, foi de R\$ 467,0 mil em 2021.

(d) Transações com partes relacionadas

A ABGF possui transações com partes relacionadas, entendidos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) prestados à União, por meio da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (SE-CAMEX/ME), ao Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) e ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). O resultado e as operações com partes relacionadas constam das Notas 6 e 17.

Adicionalmente a ABGF mantém depósitos à vista e aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, conforme Nota 5.

22. Despesas Tributárias

As despesas tributárias são compostas por impostos e taxas não incidentes sobre o lucro da Companhia. O quadro abaixo demonstra os montantes destas despesas.

		31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Variação %
CIDE	(i)	11.957	21.415	-44,2%
Impostos e Taxas diversas	(ii)	30.182	53.339	-43,4%
IPTU e Taxas de Incêndio	(iii)	40.903	39.691	3,1%
PIS/Pasep e COFINS	(iv)	589.572	374.835	57,3%
Taxa de Fiscalização Susep	(v)	-	174.753	-100,0%
Total		672.614	664.033	1,3%

- (i) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre remessas ao exterior para pagamento de serviços adquiridos pela Companhia, conforme art. 2º da Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000;
- (ii) Refere-se a tributos (Pis/Cofins, IOF e Imposto de Renda) incidentes sobre operações financeiras em remessas ao exterior de recursos para pagamento de serviços adquiridos;
- (iii) Refere-se ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos imóveis onde funcionava a Unidade da ABGF no Rio de Janeiro, em 219, e a Sede em Brasília. Tributo pago no início do exercício e despesa apropriada mensalmente por competência;
- (iv) PIS/Pasep e COFINS sobre receitas financeiras, cujas alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, foram reestabelecidas por meio do Decreto nº 8.426, de 01/04/2015;

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

- (v) Taxa de Fiscalização SUSEP, era paga trimestralmente, por antecipação até o 10º dia do primeiro mês do trimestre e apropriada mensalmente por competência. A taxa deixou de ser recolhida a partir do último trimestre de 2020.

23. Resultado Financeiro

Os Rendimentos de Aplicações Financeiras são oriundos do resultado de aplicações das disponibilidades financeiras da ABGF em fundo de investimento administrado pelo Banco do Brasil, conforme já referenciado na Nota 5. Houve aumento de 59,9%, e pode ser explicada pelo aumento da taxa de juros em papéis prefixados, base da carteira do fundo mantido junto ao Fundo de Investimento.

O saldo de Juros Ativos representa a atualização monetária, pela taxa média mensal do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), do saldo de Tributos a Recuperar/Compensar.

As receitas financeiras de seguros se referiam aos rendimentos auferidos pelo Fundo BB Cambial LP, destinado à margem de cobertura de reservas técnicas das operações de garantia direta da Companhia. A Conta foi encerrada em junho/2020.

As Despesas Financeiras, excluídos os valores referentes a Juros sobre o Capital Próprio, decorrem de juros e atualizações das obrigações da Companhia. A redução de 66,3% decorre, principalmente, pela atualização dos dividendos e juros sobre o capital próprio aprovados. Em 2020, referente ao resultado de 2019, o montante de remuneração aos acionistas foi de R\$ 5,2 milhões e em 2021 de R\$ 10,3 milhões referente ao resultado de 2020. Os valores aprovados em assembleia são corrigidos pela Selic desde a data do encerramento do Balanço até a data de seu efetivo pagamento.

O Resultado Financeiro da Companhia está demonstrado no quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	Varição %
Rendimentos de aplicações financeiras	12.403.847	7.757.841	59,9%
Juros ativos	275.107	250.593	9,8%
Receitas Financeiras de Seguros	-	36.862	-100,0%
	12.678.954	8.045.296	57,6%
Despesas financeiras	(48.131)	(142.969)	-66,3%
Resultado Financeiro líquido	12.630.823	7.902.327	59,8%

24. Compromissos, Responsabilidades e Contingências

Em 2021 existiam ações judiciais/administrativas em curso promovidas contra a Companhia, sendo sua maioria referente a pedido de indenização com fulcro no Seguro DPEM, decorrentes de morte ou incapacidade permanente, amparadas pela Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

Valores expressos em Reais, exceto quando indicado

Dentre as ações contra a companhia estão classificadas como prováveis e provisionado o valor de R\$ 315,5 mil.

Os passivos contingentes são provisionados quando a obrigação presente tenha sido classificada como a existência provável de saída de recursos para sua liquidação.

A Companhia, após a tomada de ciência da existência de contencioso em que se configure na parte passiva da demanda, avalia individualmente cada demanda promovendo sua classificação e, sendo considerada provável, constitui provisão de 100% do montante de saída de caixa esperado.

25. Eventos subsequentes

Até a data de emissão das demonstrações contábeis não foi de nosso conhecimento a ocorrência de fato subsequente que altere significativamente a situação patrimonial e financeira da Companhia.

Brasília (DF), 31 de dezembro de 2021.

OCTAVIO LUIZ
BROMATTI:0333
2987801

Assinado de forma digital
por OCTAVIO LUIZ
BROMATTI:03332987801
Dados: 2022.03.04 16:50:49
-03'00'

Octávio Luiz Bromatti
Presidente

HELENA MULIM
VENCESLAU:65797
930153

Assinado de forma digital por
HELENA MULIM
VENCESLAU:65797930153
Dados: 2022.03.04 15:32:52
-03'00'

Helena Mulim Venceslau
Diretora de Garantias

LUIZ CARLOS E
SILVA:26704196153

Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS E
SILVA:26704196153
Dados: 2022.03.03 13:16:36 -03'00'

Luiz Carlos e Silva
Contador
CRC-DF 013.783/O-8

**AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS
GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações da mutação do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.
Brasília - DF

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. ("ABGF" ou "Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.** em 31 de dezembro de 2021, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 10 de março de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3

Parecer nº 001/2022/CONAD/ABGF

**Relatório Anual de Administração,
Demonstrações Contábeis, e Proposta de
Distribuição do Resultado, relativos ao
exercício social encerrado em 31.12.2021.**

1. O Conselho de Administração da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em reunião ordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e pelo artigo 42, inciso VII, do Estatuto Social, examinou: i) o Relatório Anual de Administração; ii) as Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas; e iii) a Proposta de Distribuição do Resultado, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2021.

2. Considerando que, de acordo com o Estatuto Social, Artigo 11º, inciso I, compete à Assembleia Geral de Acionistas a aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

3. Especificamente no que refere a remuneração proposta de destinação de resultados, o Conselho de Administração manifesta-se favoravelmente pela integralidade de sua distribuição.

4. Dessa forma, o Conselho de Administração da ABGF autorizou o encaminhamento da matéria para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Brasília (DF), 10 de março de 2022.

Rafael Bicca Machado
Conselheiro

Juliana Barros
Presidente Substituta do
Conselho

Pedro Maciel Capeluppi
Presidente do Conselho

Edson Leonardo D. Sá Teles
Conselheiro

Gabriela Valente
Conselheira

Parecer nº 001/2022/COFIS/ABGF

**Relatório Anual de Administração,
Demonstrações Contábeis, e Proposta de
Distribuição do Resultado, relativos ao
exercício social encerrado em 31.12.2021.**

1. O Conselho Fiscal da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF, em sua 13ª reunião ordinária extraordinária realizada nesta data, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, inclusive aquelas conferidas pelo artigo 163, inciso II, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e pelo artigo 59, inciso II, do Estatuto Social, apreciou: i) o Relatório Anual da Administração; ii) as Demonstrações Contábeis da Companhia, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas; e iii) a Proposta de Distribuição do Resultado, todos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2021.

2. Assim, com base na apreciação realizada e à luz do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis da ABGF, de 10.03.2022, sem ressalvas, emitido pela empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados para aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 10 de março de 2022.

Eduardo Coutinho Guerra
Presidente do Conselho

Jorge Seif Júnior
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA - COAUD
Nota Técnica DIAFI/GEAFI/GECCON nº 021/2022/O DE
7 DE FEVEREIRO DE 2022

Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF.

Os membros do Comitê de Auditoria - COAUD/ABGF, nos termos de suas atribuições estabelecidas em seu Regimento Interno, procederam a revisão e análise das Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e do Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da ABGF, acompanhadas do Parecer Jurídico nº 012/2022/GEJUR, de 8 de fevereiro de 2022, e do Relatório Preliminar do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021, recebido por e-mail em 04/03/2021, com opinião sem ressalva e, considerando as informações prestadas pela Administração da ABGF e pelo sócio da BDO RCS Auditores Independentes S/S., recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 7 de março de 2022.

RAFAEL BICCA Assinado de forma digital
por RAFAEL BICCA
MACHADO:88 MACHADO:88241459068
241459068 Dados: 2022.03.07
16:53:03 -03'00'

Rafael Bicca Machado
Presidente

VALDIR AUGUSTO Assinado de forma digital
DE por VALDIR AUGUSTO DE
ASSUNCAO:04406 ASSUNCAO:04406695885
695885 Dados: 2022.03.07
09:59:14 -03'00'

Valdir Augusto Assunção
Membro

ESTELA MARIS Assinado de forma
digital por ESTELA
VIEIRA DE MARIS VIEIRA DE
SOUZA:430340 SOUZA:43034080000
80000 Dados: 2022.03.07
09:22:08 -03'00'

Estela Maris Vieira de Souza
Membro